

Ata da Reunião do Conselho

A T A N ° 078/2000/CET - 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia 28 de junho de 2000, com início às 16:00 horas, na sede da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, à Rua da Glória nº 205, 8º andar, com a presença do Presidente José Carlos Gomes Carvalho e dos Conselheiros Titulares José Carlos Pinhatti, Edson José Augusto, Heitor Rubens Raimundo, Paulo Santos Bastos, Alberto Gomes dos Santos, João Batista Correa, Sinval Zaidan Lobato Machado, Aparecido Domingos Errerias Lopes, Valmor Weiss e do Conselheiro Suplente Ademir Mueller, contando também com a presença de Newton Sérgio Ribeiro Grein, Diretor Geral/SERT, Paulo Roberto I. Lopes, Chefe de Gabinete, Luiz Alberto Scotti, Coordenador da Coordenadoria do Seguro Desemprego, Jackson Pitombo Cavalcante, Coordenador da Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda, Antônio Diniz, Assessor de Imprensa, Nircélio Zabet, Coordenador de Formação Profissional, José Maurino de Oliveira Martins, Secretário Executivo do CET, e demais signatários da lista de presença, reuniu-se o CET, em sua 63ª Reunião Ordinária, para deliberar sobre os seguintes assuntos de pauta: 1) Apreciação da ata n ° 077/00-CET, 2) Apreciação da proposta de Criação do Grupo Temático Economia Solidária/Microcrédito; 3) Apresentação do Relatório da Coordenadoria de Formação Profissional; 4) Relato do Presidente do Conselho Municipal de Ampére; 5) Relato do Presidente do Conselho Municipal de Foz do Iguaçu; 6) Indicação de 03 Conselheiros para o Seminário Nacional das Comissões Estaduais de Emprego; 7) Informes Gerais.

Abertura: O Presidente José Carlos Gomes Carvalho abriu a reunião saudando os presentes, agradecendo a presença de todos os convidados.

Item 01 - Apreciação da ata n ° 077/00-CET

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO colocou em discussão a aprovação da ata N° 077/00-CET, referente à 62ª Reunião Ordinária, do dia 31 de maio de 2000, a qual foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas.

Item 02 - Apreciação da proposta de Criação do Grupo Temático Economia Solidária / Microcrédito

HEITOR RUBENS RAIMUNDO informou que esta proposição de pauta foi feita pelo Conselheiro José Daniel Farias da CUT e como o mesmo novamente não estava presente e os subsídios para a discussão não estavam prontos, solicitou a retirada do assunto da pauta, ficando para ser discutido em outra reunião. A proposta foi acatada pelos demais Conselheiros.

Item 03 – Apresentação do Relatório da Coordenadoria de Formação Profissional NIRCÉLIO ZABOT – Coordenador da Formação Profissional , informou que o PEQ conta com 19 instituições, das quais apenas 2 estão ainda em processo de contratação: o SEBRAE, cujo processo está no CRAFE e a FETAEP, em tramitação na AJ/SERT. Informou que participou de duas reuniões com o MTE, onde pôde sentir que o Paraná está na vanguarda na contratação das executoras do PEQ. Dos novos projetos apresentados, 29 estão em fase de análise e 16 já possuem pareceres jurídicos de indeferimento ratificados pelo Sr. Secretário. Distribuiu um quadro demonstrativo das instituições contratadas e das metas de treinandos para cada executora. Informou que os contratos visam atender as demandas dos Conselhos Municipais, das políticas estaduais, projetos especiais e políticas nacionais. Esses contratos totalizam aproximadamente R\$ 14.675.000,00 (quatorze milhões seiscentos e setenta e cinco mil reais). Informou que este PEQ foi aprovado pelo CET e pelo MTE e que alguns ajustes foram necessários para compatibilizar recursos, custos e demandas.

Com esse Plano a SERT estará atendendo mais de 100.000 (cem mil) treinandos da demanda dos Conselhos Municipais do Trabalho, 61.562 (sessenta e um mil e

quinhentos e sessenta e dois) das políticas estaduais, 1.000 (mil) das políticas nacionais e cerca de 15.000 (quinze mil) de outras clientelas. Com relação à demanda, informou que o plano está bem ajustado.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO - solicitou esclarecimento de quanto dinheiro ainda seria necessário para atender toda a demanda apresentada.

NIRCÉLIO ZABOT – informou serem necessários em torno de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), com os quais seria possível atender todas as demandas apresentadas à SERT, e que ainda não foram contempladas nos contratos já assinados.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – informou que a SERT tem uma promessa do Ministro de que no 2º semestre seria possível a liberação de uma complementação de recursos.

NIRCÉLIO ZABOT – expôs que as demandas prioritárias atendidas pelo PEQ são aquelas apresentadas pelos CMTs, com uma clientela bem definida, de desempregados e de autogeridos. Informou que existem clientelas a serem atendidas que não exatamente a focalizada pelo mercado de trabalho, mas que a sua qualificação visa corrigir uma distorção de discriminação e exclusão no mercado de trabalho, ou que sofre iminente risco de perda do emprego. Explicou que dos R\$ 10.360.000,00 (dez milhões, trezentos e sessenta mil reais), R\$ 9.667.000,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e sete mil reais) já foram empenhados.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – informou que o MTE realizou várias reuniões com os Secretários de Trabalho e equipes técnicas das Secretarias e que, graças ao bom desempenho dos técnicos da SERT, todas as exigências do MTE foram cumpridas.

NIRCÉLIO ZABOT – explicou que não foi tarefa fácil fazer os ajustes dos recursos disponíveis com a demanda levantada e capacidade de execução dos parceiros nas diversas regiões. Informou ainda que o Plano já está na rua e todos os ERs receberam a programação e respectivos executores. O PEQ já está em execução, e pretende-se programar 100% até setembro, quando será possível fazer o pedido de suplementação de recursos junto ao Ministério, para atender toda a demanda.

ANTONIO LUCIO ZARANTONELLO – solicitou esclarecimentos quanto ao projeto apresentado pela FETAEP, uma vez que, segundo informações, o projeto havia sido aprovado no valor de R\$ 192.296,00 (cento e noventa e dois mil duzentos e noventa e seis reais) e na ata anterior consta que o projeto foi aprovado num total de R\$ 15.484,80 (quinze mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

NIRCÉLIO ZABOT – informou que a aprovação foi do projeto e da parceria com a FETAEP, sendo que os valores a serem destinados ainda estão em negociação.

ANTONIO ZARANTONELLO – informou que o projeto da FETAEP não chegou atrasado e registrou sua indignação uma vez que é impossível desenvolver o projeto com menos de 10% do valor solicitado.

DAISY HEESCHEN NIRO MACHADO - Técnica da CFP, esclareceu que o projeto apresentado pela FETAEP previa recursos dos convênios SEFOR e SE/DES e que foi comunicado Parecer da ULT quanto a despesas com passagens e alimentação, que estariam reservados naquela unidade.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – informou ao Conselheiro Zarantonello que, conforme explicações da equipe técnica, os recursos existem, oriundos de duas fontes, SEFOR e SE/DES, e que o Projeto será atendido. Solicitou que o Conselheiro entre em contato com a equipe técnica da CFP para os devidos esclarecimentos e encaminhamentos necessários.

Item 04 – Relato do Presidente do Conselho Municipal de AMPÉRE

LEDI INÊS DANIELLI FRITSCH – Gerente da Agência do Trabalhador de Ampére e

Secretária Executiva do Conselho Municipal do Trabalho, justificou a ausência da Sra. Eli Penso, Presidente daquele Conselho, em virtude de outros compromissos no município. Agradeceu o convite para a participação na Reunião do Conselho Estadual, por achar de grande importância que os Conselheiros Estaduais conheçam um pouco da potencialidade industrial do município de Ampére, do desenvolvimento ocorrido nos últimos doze anos, graças ao empenho da Administração Municipal, empresários e à coragem de um povo empreendedor, como também, nos últimos tempos, pela participação do Conselho Municipal do Trabalho, juntamente com a Agência do Trabalhador, cujo objetivo maior é a inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho e a qualificação da população amperense. Informou que o Conselho Municipal de Ampére é bastante ativo, envolvendo toda a comunidade nas discussões sobre o mundo do trabalho. O relacionamento entre os Conselheiros é bastante cordial, sendo que as reuniões muitas vezes se estendem além do horário previsto, dada a motivação com que os Conselheiros discutem os assuntos. Relatou a experiência do Conselho na criação de uma Cooperativa de Trabalho no ramo da confecção, com 30 funcionários devidamente qualificados. Existe a expectativa da criação de outras cooperativas em outros ramos de atividade, principalmente na área moveleira.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – enfatizou a importância do setor têxtil na economia do Paraná, e informou que na FIEP existem grupos temáticos definidos por área e vai solicitar a inclusão de representante da região de Ampére no grupo temático de moveleiros..

LEDI INÊS DANIELLI FRITSCH – enfatizou que existe um certo distanciamento entre os Conselhos Municipais e o Conselho Estadual, e propôs que fossem feitas reuniões dos Conselheiros Estaduais com os Conselhos Municipais, para estreitar esse relacionamento. Reconheceu a dificuldade de se atender a todos os Conselhos Municipais, mas reivindica que essas reuniões sejam feitas em nível regional. Registrou um convite a todos os Conselheiros para que conheçam o município de Ampére, que de 10 mil habitantes há 10 anos atrás, hoje conta com aproximadamente 22 mil habitantes. Informou que a maioria das indústrias de Ampére são instaladas por pessoas do próprio município, sendo geralmente ex-funcionários.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – elogiou o bom trabalho, onde o município foi descobrindo os nichos de mercado e fazendo os investimentos necessários. Disse que as sugestões apresentadas eram muito bem-vindas, e ressaltou que todas as entidades de classe das quais participa recebem as mesmas reclamações do interior, ou seja, que existe um distanciamento entre o interior e a capital. Informou que a SERT está programando a realização de encontros regionais para motivação e mobilização dos Conselhos Municipais do Trabalho. Na seqüência, agradeceu a participação da Sra. Ledi e solicitou que a mesma permanecesse até o final da reunião.

Item 05 – Relato do Presidente do Conselho Municipal de FOZ DO IGUAÇU
HAMILTON SERIGHELLI - Presidente do Conselho Municipal do Trabalho de Foz do Iguaçu e Chefe do ER da SERT, agradeceu a oportunidade de estar na reunião do CET. Informou que o CMT de Foz nasceu em meio a muitas dificuldades, pois havia muita resistência tanto por parte do Poder Público quanto por parte dos sindicatos. Ponderou que esta é a segunda gestão do Conselho e que muitas conquistas ocorreram, como por exemplo a oportunidade dada aos proponentes do Proger para defender as suas propostas nas reuniões do CMT. O Conselho de Foz foi o primeiro a trabalhar o setor informal, tendo hoje mais de 300 (trezentos) empreendimentos funcionando. Informou que foi no CMT de Foz do Iguaçu que nasceu a discussão para a criação do Proger do Recém Formado. Ressaltou que o Proger na região tem avançado quando os agentes financeiros têm vontade política de fazer acontecer o Programa. Informou que o CMT destaca alguns

Conselheiros para acompanhar pessoalmente os Projetos apresentados e aprovados. No município de Foz os proponentes já vêm passando, desde 1998, por curso de gerenciamento, como agora propõe o Brasil Empreendedor. Com relação aos Cursos de Qualificação, informou que o CMT observava que em todos os cursos o material empregado não era bem aproveitado. Visando otimizar os recursos aplicados na qualificação profissional, o CMT propôs que os alunos do Curso de Eletricista reformassem algumas casas, sendo reformadas 16 casas de uma favela do município, propiciando maior segurança e uma grande economia de energia elétrica para os moradores. Enfatizou que este é o papel dos Conselhos Municipais, fazer com que os recursos da qualificação sejam bem aplicados e que os resultados cheguem efetivamente na ponta, onde os trabalhadores realmente necessitam da qualificação. Outra experiência foi a reforma do prédio da Guarda Mirim, há muito tempo esperada, e que, com o Curso de Encanador, Pedreiro e Carpinteiro, foi feita a custo zero. Informou que em Foz do Iguaçu foi estabelecida a primeira parceria para que a Agência do Trabalhador funcionasse dentro da instalações da Caixa Econômica Federal, uma experiência bem sucedida, uma vez que o trabalhador é melhor atendido.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – informou que graças à funcionalidade desse trabalho conjunto, já está acertada com a CEF a ampliação dessa parceria para mais quatro municípios.

HAMILTON SERIGHELLI – propôs, em nome do Conselho Municipal do Trabalho de Foz do Iguaçu, que os beneficiários do Seguro Desemprego façam um trabalho comunitário enquanto estiverem recebendo o benefício, uma vez que é muito comum o trabalhador ficar acomodado em casa recebendo as parcelas e só retornar à Agência do Trabalhador quando as parcelas acabam. Enfatizou a necessidade de se alterar a legislação, para implementar esta nova mentalidade do benefício do seguro desemprego.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – com a aprovação dos demais Conselheiros, informou que enviará ao Ministro do Trabalho um ofício fazendo estas sugestões de alteração na legislação.

HAMILTON SERIGHELLI – informou que o Programa Disque Pequenos Serviços tem tido uma boa aceitação da comunidade, onde os profissionais autônomos cadastrados na Agência estão disponíveis para o trabalho 24 horas por dia. Enfatizou que a grande discussão que os CMTs têm que fazer de agora em diante é sobre a questão do emprego, seja ele formal ou informal. Na oportunidade, distribuiu aos Conselheiros cópia do Projeto Agro-Industrial Lindeiros, discutido nos Conselhos Municipais do Trabalho. Apresentou o Sr. Vadis, o qual foi saudado pelo Presidente Sr. José Carlos Gomes Carvalho, que enalteceu as funções por ele exercidas, como por exemplo ex-Prefeito de Foz do Iguaçu e ex-Presidente da Associação Comercial. Hamilton Serighelli falou da importância de se massificar com qualidade o Inglês e o Espanhol no município de Foz, e informou que o Sr. Vadis está com um canal de TV disposto a desenvolver um programa de qualificação do Inglês e Espanhol pela TV.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – solicitou que esta proposta seja submetida à análise técnica da Coordenadoria de Formação Profissional da SERT, para posterior encaminhamento.

HAMILTON SERIGHELLI – informou que o CMT está montando um Plano com proposta de geração de emprego e renda, o qual será entregue aos candidatos a prefeitos, para que os mesmos possam discutir essas alternativas durante a campanha.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – registrou a visita de um candidato a vereador, que se propunha a discutir na sua campanha um programa de qualificação profissional. Enfatizou que ficaria muito contente se os candidatos fizessem esse debate na campanha.

HEITOR RUBENS RAIMUNDO – indagou ao Sr. Hamilton e à Sra. Ana Maria, de Francisco Beltrão, se realmente os Conselhos Municipais estão funcionando, se os empresários, empregadores e Poder Público estão efetivamente discutindo as políticas públicas de emprego de um modo geral, no município.

HAMILTON SERIGHELLI – informou que na sua região aproximadamente 70% dos Conselhos Municipais estão funcionando bem, ressaltando que naqueles municípios onde a escolaridade é muito baixa aumenta a dificuldade de articulação dos Conselheiros.

ANA MARIA PEIXER– Técnica do ER de Francisco Beltrão, informou que em conjunto com a UNIOESTE está sendo feito um planejamento de trabalho junto aos Conselhos, uma vez que os treinamentos dados até o momento não têm correspondido à realidade do dia a dia dos Conselheiros. Com esse planejamento conjunto, pretende-se discutir a realidade de cada município. Enfatizou que a proposta de qualificação dos Conselheiros para o ano 2000, com a UNIOESTE, é inovadora e, sem dúvida, irá criar um bom clima de trabalho entre os Conselhos. Informou que no município de Manfredópolis o Prefeito se recusou a criar o Conselho, apesar de todo o esforço do Escritório Regional.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – enfatizou que o trabalho com os Conselhos Municipais é um trabalho de catequese, onde somente com a insistência e um trabalho contínuo haverá uma mudança de mentalidade na população.

HEITOR RUBENS RAIMUNDO – declarou que o CET está disposto a atender um chamamento dos CMTs ou das Regionais da SERT para discutir as PPTR.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – ponderou que o Presidente do Conselho Estadual não tem condição de visitar todos os Conselhos Municipais, e entende que esta não é a sua função. Lembrou que o CET tem que assumir a suas responsabilidades perante os CMTs e que, enquanto for Presidente do CET, não permitirá que o Conselho seja usado politicamente. Se algum Conselheiro quiser fazer um trabalho de apoio aos Conselhos, deverá atuar de forma a não envolver politicamente o CET, uma vez que ele não utiliza politicamente a SERT e não permitirá que outros o façam.

HEITOR RUBENS RAIMUNDO – enfatizou que o CET tem um obrigação legal de prestar assessoria aos Conselhos Municipais do Trabalho, e que tem cobrado, ao longo das reuniões, que as funções dos Conselheiros Estaduais seja cumprida plenamente. Lembrou que uma das cobranças é quanto à agenda da SERT, pois os Conselheiros não são informados das atividades promovidas. Enfatizou que o CET é um órgão de direção da SERT e que, portanto, os Conselheiros deveriam ser comunicados e convidados a participar das atividades e reuniões da SERT.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – reconheceu que a reivindicação do Conselheiro é legítima, porém ressaltou que a SERT está passando por período de reestruturação, mas recomendou ao Diretor Geral, Dr. Newton Grein, que fossem dadas aos Conselheiros todas as possibilidades para desempenhar as suas atribuições.

HEITOR RUBENS RAIMUNDO – informou que participou de alguns debates em atividades internas da SERT, onde lhe pareceu estar havendo influência política nos trabalhos. Informou que em numa destas reuniões ouviu expressões do tipo “ Eu tenho um compromisso com o meu deputado” .

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – declarou que em uma reunião com os Gerentes e Chefes Regionais, determinou a não utilização da SERT no processo político, e que este tipo de colocação estava claramente proibido, uma vez que a SERT tem uma atividade extremamente técnica, seja na qualificação ou intermediação. Ressaltou que o próprio Conselheiro Heitor era testemunha da forma como são distribuídos os recursos da Qualificação e que, portanto, não eram justas suas afirmações. Enfatizou ainda que somos todos seres políticos, mas que na administração da SERT tem sido absolutamente profissional, e que nunca utilizou politicamente a SERT, tendo, portanto, o direito de exigir que os demais funcionários não o façam. Solicitou que esta situação narrada pelo Conselheiro Heitor fosse melhor esclarecida. Lembrou que os Conselheiros que se

dispuserem a visitar os Conselhos Municipais terão todo o apoio, porque este é o papel do Conselho, apesar de, na qualidade de Presidente, não ter condições de fazer essas visitas.

HEITOR RUBENS RAIMUNDO – declarou que a questão ainda não estava bem esclarecida e que iria procurar o Presidente para discutir melhor a situação. Com relação à apresentação do Conselho Municipal de Foz, enfatizou que já existem muitos diagnósticos da realidade dos municípios e o que se precisa é efetivar este diagnóstico, ou seja, as ações da SERT no município devem levar em conta os diagnósticos, que muitas vezes são muito bem elaborados, mas que acabam perdendo a sua validade no tempo por não serem utilizados.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – informou que a SERT operacionaliza a utilização dos recursos do FAT, e que no caso da qualificação profissional, existe uma comissão de acompanhamento que faz análise antes de submeter à apreciação do CET. Lembrou que a SERT não tem outras fontes de recursos para os programas que não seja a fonte 07 e que, portanto, cabe ao CET considerar os diagnósticos dos municípios na hora de aprovar os projetos de qualificação. Lembrou que em anos anteriores a SERT devolveu dinheiro para o Ministério, e este ano conseguimos aprovar toda a distribuição dos recursos.

HEITOR RUBENS RAIMUNDO – esclareceu que nos últimos dois anos não foram devolvidos recursos de qualificação profissional, apenas recursos da SE/DES destinados à pesquisa da PED, que o Governo do Paraná se recusou a fazer, acarretando a devolução de recursos.

PEDRO DE PAULA FILHO – registrou a importância da presença dos Conselhos de Foz e de Ampére, que apresentaram experiências diferentes, porém muito ricas. Com relação à experiência de Foz do Iguaçu, quanto a preparar documentos sobre as políticas de emprego e renda para os candidatos a Prefeito, lembrou que nas últimas eleições para Prefeito participou de vários debates entre os candidatos, promovidos pelos Conselhos Municipais. Propôs que os Conselhos Municipais do Trabalho fossem estimulados a fazer novamente esse debate, uma vez que os candidatos teriam a oportunidade de expor suas idéias sobre as políticas públicas de emprego e renda e também poderiam ouvir as propostas dos Conselhos Municipais do Trabalho. Desta forma, acredita que os CMT estariam dando uma grande contribuição ao eleitorado, que saberia quais candidatos efetivamente teriam propostas concretas para a administração municipal.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – ponderou que esta proposta lhe preocupa, uma vez que poderia criar uma situação difícil de ser controlada. Seria temerário colocar os ERs a estimular os Conselhos Municipais à promoção de debates entre os candidatos, com foco nas políticas públicas de emprego, num momento de campanha acirrada, dado o grau de envolvimento pessoal dos Conselheiros com as mais diversas frentes políticas, e principalmente a cultura política do interior.

PEDRO DE PAULA FILHO – explicou que o ER seria o suporte para essa discussão, mas que todo o trabalho deveria ser feito pelos Conselhos Municipais, que não podem ficar de fora de um processo político tão importante como o que estamos atravessado neste momento. Enfatizou que as entidades de classe, tanto patronais quanto de trabalhadores, fazem esse tipo de debate, e não vê dificuldades em que os CMT também o façam.

JOÃO BATISTA CORREA – ponderou que o papel dos Conselheiros é construir a política pública de emprego e renda, mas não a política que beneficie partidariamente alguém. Conhecendo a realidade do interior, esse debate certamente seria usado de um forma ou de outra para beneficiar algum candidato, o que traria grandes prejuízos para o Conselho. Acredita que o debate poderia ser feito após as eleições, quando o Conselho chamaria o candidato eleito para discutir uma política pública de emprego e renda.

JOSÉ DANIEL FARIAS – concordou com as ponderações do Conselheiro João Batista, e enfatizou que se no interior este debate é difícil, na capital é ainda muito mais complicado. Lembrou que o atual prefeito de Curitiba, Cassio Taniguchi, está espalhando por toda a cidade propaganda do Linhão do Emprego e

não está informando que o projeto é bancado com recursos do FAT, e solicitou que fosse enviado um ofício ao Prefeito lembrando da necessidade de informar a fonte de recursos daquele programa. Registrou a sua preocupação com os desdobramentos que este tipo de debate político poderia causar no interior. PEDRO DE PAULA FILHO – argumentou que de nada adianta fazer o debate depois das eleições, quando os novos prefeitos já estarão eleitos e os eleitores não foram devidamente esclarecidos sobre as propostas na área que mais têm interesse, isso seria no mínimo uma omissão.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – salientou que em política as coisas não são tão simples e que a cultura política ainda não permite este tipo de debate no meio de um processo eleitoral. Talvez no Conselho Estadual do Trabalho esse debate seja possível. Agradeceu a presença dos Conselhos Municipais do Trabalho de Foz do Iguaçu e Ampére, dizendo que a gestão tripartite é um processo no qual estamos todos aprendendo.

Item 06 - Indicação de 03 Conselheiros para o Seminário Nacional das Comissões Estaduais de Emprego

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO – informou da realização de Seminário Nacional das Comissões Estaduais de Emprego, nos próximos dias 11 e 12 de julho, em Brasília. O Conselho Estadual do Trabalho deverá indicar três representantes, sendo um de cada bancada. Após algumas considerações, foram indicados os seguintes Conselheiros: dos Trabalhadores, JOSÉ DANIEL FARIAS; do Poder Público, SUELI DE OLIVEIRA FORMIGA; dos Empregadores VALMOR WEISS.

Item 07 - Informes Gerais

REGINA GUBERT – Coordenadora da Área de Intermediação, registrou a sua participação, juntamente com o Técnico da CESINE, JOSÉ MAURINO DE OLIVEIRA MARTINS, no Seminário PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO TRABALHO: IMPLANTAÇÃO DA CONVENÇÃO 111 OIT – BRASÍLIA. O Seminário tinha como objetivo a discussão para a criação de um núcleo de combate à discriminação no mercado de trabalho. O Estado do Paraná ainda não instituiu esse núcleo, o que deverá ser feito nos próximos meses, visto que é uma determinação do MTE, cabendo à DRT sua criação.

Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelo Presidente, o Secretário José Carlos Gomes Carvalho, que agradeceu a presença e a colaboração de todos os Conselheiros e visitantes, da qual, para constar o registro, eu, José Maurino de Oliveira Martins - Secretário Executivo do CET, lavrei a presente ata, que será assinada por mim. Curitiba, 30 de junho de 2000.

SÍNTESE DE ENCAMINHAMENTOS/PENDÊNCIAS ORIUNDOS DA PRESENTE ATA:

Assunto Encaminhamento Data/prazo Responsável
PROGER ENCAMINHAR RELATÓRIO AOS CONSELHEIROS Imediato Secretaria Executiva
LINHÃO DO EMPREGO/PROPAGANDA NÃO INFORMA RECURSOS, QUE SÃO DO FAT
REUNIÃO REALIZADA COM A FAS, CONFORME EXPEDIENTE

Até a próxima reunião
DG / CFP
CRIAÇÃO GRUPO TEMÁTICO
ECONOMIA SOLIDÁRIA /
MICROCRÉDITO EM REUNIÃO CGE/CUT, DEFINIDA P/ PRÓXIMA REUNIÃO CET A
EXPOSIÇÃO DO CONSELHEIRO JOSÉ DANIEL
Em uma próxima reunião
C G E

FETAEP REALIZADA REUNIÃO PARA REDIMENSIONAMENTO DO PROJETO
Em andamento C F P

U L T – S E/D E S

INCLUSÃO REPRESENTANTE DE AMPÉRE NO GRUPO TEMÁTICO DE MOVELEIROS
NA F I E P

INDICAÇÃO DO NOME PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO

Já efetuada

SECRETÁRIO

TRABALHO COMUNITÁRIO / BENEFICIÁRIOS SEGURO DESEMPREGO

ELABORAÇÃO DE PROPOSTA E ENCAMINHAMENTO AO MTE

Em andamento

C S D

CURSOS DE INGLÊS E ESPANHOL EM FOZ IGUAÇU ENCAMINHAMENTO DE
PROJETO À SERT

Já efetuado

C F P